

PAIXÕES E POSIÇÕES IDEOLÓGICAS NOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS SOBRE O GOLPE DE ESTADO BRASILEIRO DE 1964

Eduardo Lopes Piris

Universidade Estadual de Santa Cruz

Introdução

Quando se menciona a temática do Golpe de Estado de 1964, parece inevitável o despertar da memória dos brasileiros para os fatos mais contundentes da campanha repressiva do período ditatorial: o uso da violência e da tortura contra aqueles que discordavam do rumo que a política brasileira começava a tomar em 1964.

A esse respeito, é preciso considerar que, durante e após o processo de desestabilização e derrubada do governo de João Goulart – processo minuciosamente descrito por Dreifuss (1981) –, se desenvolveu e se intensificou, ao lado das práticas de repressão física, a produção e circulação de um discurso de legitimação do golpe de Estado e desqualificação da resistência subsistente, o que culminou na construção de um discurso hegemônico que legitimou a permanência de um regime ditatorial no poder por vinte e um anos.

Portanto, dedico-me aqui a analisar discursos que revelam um aspecto mais velado dos acontecimentos que simbolizam o início de um período traumático da recente história política do Brasil. Assim, ao me concentrar nos discursos da imprensa escrita que, de um modo ou de outro, teve seu papel na assunção do regime militar ao poder em 1964, focalizo minha atenção no modo como a relação entre os discursos “revolucionário”¹ e “antigolpista” constitui os discursos de dois grandes jornais daquela época: *O Globo* e *Correio da Manhã*.

Do ponto de vista teórico, assumo os postulados da Análise do Discurso, tal como iniciada pelo grupo de pesquisa liderado por Michel Pêcheux, a partir dos quais irei explorar a questão das paixões no discurso do jornal, mais precisamente os efeitos de sentido passionais que circulam

¹ Todas as ocorrências referentes à palavra “Revolução” devem-se ao fato de que, neste trabalho, estou observando a denominação construída pelos discursos dos jornais analisados, mas ressalto que, baseado em 1964: *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, obra do brasiliense René A. Dreifuss (1981), entendo esse movimento não como outra coisa a não ser um golpe de Estado.

entre os sujeitos “jornal” e “leitor do jornal”, uma vez que, no discurso jornalístico, as paixões ocupam papel crucial na construção da adesão² do leitor ao ponto de vista proposto pelo jornal.

Situado no campo dos estudos argumentativos, Plantin (2008, p. 124) afirma que “é impossível construir um ponto de vista, um interesse, sem a eles associar um afeto, dado que as regras de construção e de justificação dos afetos não são diferentes das regras de construção e de justificativa dos pontos de vista”. Então, inspirado nessa tese da indissociabilidade dos pontos de vista e seus afetos, procuro argumentar, num quadro de análise do discurso, que os efeitos passionais construídos no e pelo discurso jornalístico revelam modos de sentir que estão imbricados com a posição ideológica da empresa jornalística, de modo que esses sentidos amalgamados circulam socialmente como se fossem uma evidência, uma evidência ideológica.

Dessa forma, proponho refletirmos acerca da relação entre as paixões discursivas e as posições ideológicas, por meio da análise dos discursos dos jornais *O Globo* e *Correio da Manhã* sobre a deposição do presidente João Goulart em 1º de abril de 1964.

1. As paixões numa perspectiva discursiva

Considero aqui que o estudo das paixões na linguagem remonta à Antiguidade, pois são, pelo menos, 2.300 anos de tradição sobre o assunto, desde este célebre excerto da *Retórica* de Aristóteles:

Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio (ARISTÓTELES, 1998 [c. 330-326 a.C.], p.49).

Interessa-me aqui destacar e observar a dimensão discursiva das paixões apontada por Aristóteles em sua *Retórica*, ou seja, considerar as paixões construídas por meio do discurso. Para que possamos chegar ao ponto de nossa discussão, irei me eximir da tarefa de apresentar uma revisão da literatura sobre as paixões na linguagem, pois, como já apontei em outra oportunidade:

² Tratamos a ideia de adesão como um efeito de evidência construído a partir das modalidades de tomada de posição do sujeito perante a formação discursiva que o domina e dos efeitos de identificação, contra-identificação e desidentificação, conforme postula Pêcheux (1997 [1975]).

Um trabalho como esse englobaria uma investigação da retórica clássica, dos estudiosos medievais – como Santo Agostinho, que legitimou o pensamento aristotélico no interior da Igreja Católica – e das descobertas da Modernidade, tais como as contribuições oferecidas pela Psicologia, pela Psicanálise e por outras ciências humanas (PIRIS, 2012, p. 56).

Desse modo, passemos à discussão acerca da dimensão ideológica dos efeitos passionais no discurso. Entendo que o ponto de partida para o estudo das paixões discursivas está na concepção de sujeito. Ressalvo que, nos estudos da linguagem, a reflexão incide não sobre a descrição das paixões vividas por indivíduos empíricos e de seus estados fisiológicos, mas, particularmente, sobre a representação imaginária dos modos de sentir que são inculcados nos sujeitos por meio da interpelação ideológica: conceito postulado por Althusser, para explicar o mecanismo do reconhecimento ideológico, mecanismo este que garante a reprodução das relações de produção, ou seja, o “comportamento dos indivíduos-sujeitos que ocupam os lugares que a divisão técnica e social do trabalho lhes atribui na produção, exploração, repressão, ideologização, prática científica etc.” (ALTHUSSER, 1996 [1970], p. 138).

Dando continuidade ao projeto althusseriano, Pêcheux distingue a concepção idealista da concepção materialista do sujeito, apontando que o erro central da visão idealista consiste em “conceber que elas [as ideologias] têm sua origem *nos sujeitos*, quando na verdade elas ‘*constituem os indivíduos em sujeitos*’” (1997 [1975], p. 129).

Trata-se aí de uma retomada da tese althusseriana de que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”, em que Pêcheux (1997 [1975], p. 214) empresta de Paul Henry a formulação de que essa interpelação supõe o desdobramento do sujeito do discurso em (i) sujeito da enunciação e (ii) sujeito universal da formação discursiva, para então postular que essa relação entre sujeito enunciador e sujeito universal assume três modalidades distintas de tomada de posição do sujeito com a formação discursiva que o domina, definindo, portanto, que as formações discursivas são reconfiguradas num trabalho de recobrimento-reprodução-reinscrição. Dessa forma, para Pêcheux, essas três modalidades geram, respectivamente, os seguintes efeitos de sentido:

- Identificação: em que há uma superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal da formação discursiva que o domina;
- Contra-identificação: em que o sujeito da enunciação luta contra a evidência ideológica que o sujeito universal lhe dá a pensar;
- Desidentificação, em que há “um *trabalho* (transformação-deslocamento) da forma-sujeito e não sua pura e simples *anulação*” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 217).

Assim, as bases dos efeitos de identificação e de contra-identificação estão, respectivamente, nos processos de recobrimento e de rejeição, ao passo que o mecanismo de transformação-deslocamento está na base do efeito de desidentificação, ou seja, da ruptura do sujeito enunciador com o sujeito universal, a ponto de configurar uma nova formação discursiva.

Segundo Zandwais (2009, p. 32), Pêcheux contribui para a discussão acerca da interpelação ideológica, configurando “os Aparelhos de Estado como ‘palcos’ tanto para a perpetuação das relações de produção, como para as relações de transformação das formações ideológicas e das formações discursivas”, expandindo as possibilidades de análise para os processos de ruptura.

Estes são conceitos importantes que nos fazem compreender que (i) não há sujeito sem ideologia, em que o funcionamento desta “fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 162) e que (ii) a interpelação ideológica não se restringe à ideia de um aprisionamento do sujeito a uma determinada ideologia, mas que há espaços também para a negociação, o dissenso e a ruptura.

Nesse contexto teórico, concebo as paixões como efeitos de sentido construídos no e pelo discurso, que circulam como evidências ideológicas indissociáveis das tomadas de posição do sujeito na formação discursiva que o domina. Dessa maneira, proponho uma perspectiva de análise que se afasta da concepção idealista das paixões como peça de um jogo de estratégias arquitetadas por um orador plenamente consciente dos usos que ele faz dos recursos da linguagem para persuadir seu ouvinte (cf. PIRIS, 2012).

A partir desses princípios, penso que as análises podem ser conduzidas de várias maneiras distintas. Assim passo a discorrer sobre uma dessas possibilidades, focalizando a ideia de que o mecanismo discursivo de construção das paixões consiste, basicamente, na produção e circulação de efeitos passionais entre posições-sujeito, num jogo de imagens de si (sujeitos do discurso) e do referente (objetos do discurso) sustentado pelo funcionamento das formações imaginárias.

Para compreender o mecanismo discursivo dessa construção imaginária, é preciso considerar outros dois conceitos elaborados por Pêcheux: o de formações imaginárias e o de funcionamento do discurso. Acompanhemos o autor:

[...] os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência

ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso (PÊCHEUX, 2001 [1969]), p. 78).

Para Pêcheux (2001 [1969]), em um discurso, não apenas se representam os interlocutores, mas também a relação que eles mantêm com a formação ideológica. E isto está marcado *no e pelo* funcionamento discursivo, de modo que, parafraseando o autor, “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Ibidem, p. 82), bem como a imagem de seu referente. As figuras 1 e 2 esquematizam como Pêcheux formula seu conceito de formações imaginárias:

Figura 1 – Formações imaginárias referentes aos protagonistas do discurso

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(A)$	Imagen do lugar de A para o sujeito colocado em A “Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B)$	Imagen do lugar de B para o sujeito colocado em A “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	$I_B(B)$	Imagen do lugar de B para o sujeito colocado em B “Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(A)$	Imagen do lugar de A para o sujeito colocado em B “Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: Pêcheux (2001 [1969], p. 83).

Figura 2 – Formações imaginárias referentes aos objetos do discurso

	Expressões que designam as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(R)$	“Ponto de vista” de A sobre R “De que lhe falo assim?”	
B	$I_B(R)$	“Ponto de vista” de B sobre R “Que de ele me fala assim?”	

Fonte: Pêcheux (2001 [1969], p. 84).

Tributária aos trabalhos de Pêcheux, Orlandi retoma seus postulados, reiterando que o modo de funcionamento da linguagem “não é integralmente

linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso" (ORLANDI, 2011 [1983]), p. 117). A retomada de Orlandi se justifica pela ênfase que a autora aplica não apenas na ideia de representação imaginária que os interlocutores fazem de si no discurso, mas, sobretudo, na ideia da relação que esses interlocutores mantêm com a formação ideológica.

No caso do discurso do jornal, a análise das formações imaginárias volta-se para a representação dos interlocutores desse discurso – o jornal e seu leitor – e sua relação com a formação ideológica. Assim, os lugares que A e B se atribuem cada um a si e ao outro são construções do próprio discurso jornalístico.

Bem entendido que os efeitos passionais são produzidos no funcionamento das formações imaginárias, passemos à descrição do mecanismo de construção das paixões. Considerando que o estudo das paixões na linguagem remonta à Antiguidade, inspiro-me em um postulado aristotélico para formular uma proposta de análise dos efeitos passionais dentro do quadro teórico da Análise do Discurso. Observemos que Aristóteles, no Livro II de sua *Retórica*, sublinha três pontos de vista sobre as paixões que devem ser considerados para compreender como as mesmas podem ser inspiradas no ouvinte:

Devem-se distinguir, relativamente a cada uma [das paixões], três pontos de vista, quero dizer, a respeito da cólera, por exemplo, em que disposições estão as pessoas em cólera, contra quem habitualmente se encolerizam, e por quais motivos. De fato, se conhecêssemos apenas um ou dois desses pontos de vista, mas não todos, seria impossível inspirar a cólera; o mesmo acontece com as outras paixões (ARISTÓTELES, 2000 [c. 330-326 a.C., p. 5].

Assim, baseado nesses três pontos de vista sobre as paixões, sugiro que a construção discursiva dos sentidos passionais se estabelece na relação entre:

- As formações imaginárias relativas aos sujeitos colocados em A e em B, especificamente as imagens que se fazem de um e de outro sobre as disposições em que eles estão quando atravessados e constituídos por uma dada paixão ou por um dado conjunto de paixões;
- As formações imaginárias relativas aos pontos de vista (R) dos sujeitos colocados em A e em B e os motivos e as razões que sustentam a construção dos efeitos passionais, isto é, dos objetos do discurso colocados em R.

Para ilustrar, comprehendo que, no funcionamento do discurso do jornal, os protagonistas do discurso são o sujeito-jornal (A) e o sujeito-leitor

(B), e que o referente discursivo consiste no objeto de discurso (R), o que inclui aí os sujeitos a quem A e B se referem, interpretando suas ações de acordo com suas posições ideológicas.

2. A construção da posição ideológica nos editoriais de 2 de abril de 1964

Uma vez entendida a relação entre sujeito, ideologia e os efeitos de sentido passionais, passemos à análise dos discursos jornalísticos sobre a deposição do presidente João Goulart, focalizando, inicialmente, a construção da posição ideológica.

Nos Anexos 1 e 2, podemos ver as imagens das primeiras páginas d'*O Globo* e do *Correio da Manhã* de 2 de abril de 1964, nas quais são publicados, respectivamente, os editoriais intitulados “Ressurge a Democracia!” e “Vitória”.

Embora a posição ideológica do grupo social que tem seus interesses representados pela empresa jornalística esteja materializada na íntegra de cada edição do diário impresso, é na forma linguístico-discursiva do editorial que os sentidos dessa posição circulam entre as posições-sujeitos “jornal” e “leitor” de forma declarada. Em síntese, é com base na ilusão da centralidade do sujeito que o discurso jornalístico produz o efeito de que o editorial é, por excelência, o espaço em que a voz do jornal opina sobre os fatos políticos do momento.

Desse modo, notamos que os títulos dos editoriais apontam que os discursos d'*O Globo* e do *Correio da Manhã* são favoráveis à deposição do presidente João Goulart e, assim, sugerem que ambos os sujeitos-jornais são interpelados pela formação discursiva “revolucionária”. Porém, seria ingênuo assumir que a posição favorável à deposição do presidente seja um dado suficiente para definir se o discurso do jornal está inscrito em tal formação discursiva. É preciso analisar se há, na relação entre o sujeito da enunciação dos discursos jornalísticos e o sujeito universal da formação discursiva “revolucionária”, um trabalho de recobrimento, de rejeição ou de transformação dessas subjetividades.

Antes, é importante destacar que a especificidade dessas subjetividades encontra-se na construção discursiva não da imagem antropomórfica de políticos, jornalistas ou esportistas, mas da imagem humanizada de empresas jornalísticas: o jornal opina, pensa, fala, denuncia, conclama, sente e ocupa lugar no mesmo mundo que todos nós compartilhamos, lemos, enfim, interpretamos. Na circulação dos discursos sociais, a ilusória força centralizadora do nome do jornal reúne não apenas a construção de um patrimônio ético associado à marca da empresa jornalística, mas

também todo um imaginário que integra o funcionamento do mecanismo de interpelação do indivíduo em sujeito-leitor desse jornal mesmo antes de ele ler a manchete do dia.

Assim, para analisar essa relação entre os sujeitos do discurso jornalístico “jornal” e “leitor” e o sujeito universal da FD “revolucionária”, definiremos uma FD de referência (FDR), ou seja, uma FD que domina as sequências discursivas selecionadas pelo analista durante a etapa de construção do *corpus*, no qual se consideram as posições ideológicas antagônicas (cf. Courtine, 2009 [1981], p. 109, p. 149). Dessa maneira, as sequências discursivas (SD) que compõem o *corpus* deste trabalho foram selecionadas com base no interdiscurso da FDR “revolucionária”, interpretado aqui como a articulação contraditória entre o que estou chamando de FD “revolucionária” e FD “antigolpista”.

Acompanhemos as seguintes sequências discursivas (SD) pertencentes ao editorial d’*O Globo* “Ressurge a democracia!”:

GRAÇAS À DECISÃO e ao heroísmo das Fôrças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável [...].

ÊSTE NÃO FOI um movimento partidário. Dêle participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Fôrças Armadas [...].

MAIS UMA VEZ, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. [...] (O GLOBO, 1964).

Nessas SD, podemos notar que o discurso d’*O Globo* constrói a derrubada do governo como, se me permitem a paráfrase, um “movimento político civil-militar animado por um intuito redentor”, um “movimento político” em que as “Forças Armadas” desempenham o papel “heroico” e “divino” de “libertar” e “socorrer” o “povo brasileiro” “vitimado” pelo “governo irresponsável”. A construção discursiva dessa derrubada e de seus atores materializa-se por meio de denominações e escolhas lexicais que reproduzem o que pode e deve ser dito³ (e como deve ser dito) pelo sujeito inscrito na FD “revolucionária”.

³ “[A]quilo que [...] determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)” é a definição de formação discursiva apresentada por Pêcheux (1997 [1975], p. 160).

nária”. Assim, num processo de recobrimento, o sujeito universal da FD “revolucionária” sobrepõe-se ao sujeito da enunciação *O Globo*, construindo um efeito de identificação do sujeito-jornal (e, logo, do sujeito-leitor) com a FD “revolucionária”. E, inscrevendo-se em tal FD, o discurso d’*O Globo* reproduz a posição ideológica da chamada revolução redentora.

Observemos agora as seguintes SD do editorial do *Correio da Manhã* “Vitória”:

Esta vitória não pertence à direita. Pertence, precisamente, aos que condenam as radicalizações, aos que procuram evitar que seja interrompido o processo democrático, aos que querem a legalidade, a disciplina, o cumprimento da lei.

O povo não desiste de suas conquistas sociais e políticas. Não abdica do direito de escolher livremente seus dirigentes. Não recua diante da reação porque ele sabe que a queda do sr. João Goulart representa uma vitória da legalidade e da democracia. O CORREIO DA MANHÃ desfraldou a bandeira da legalidade, da defesa das instituições. E saiu vitorioso. Esta vitória é da democracia e da nação brasileira. (CORREIO DA MANHÃ, 1964).

Diferentemente do discurso d’*O Globo*, podemos identificar na formulação do discurso do *Correio da Manhã* que a protagonização no processo de deposição do presidente não pertence às Forças Armadas e grupos políticos alinhados, “à direita”, ou seja, há um trabalho de rejeição e transformação da FD “revolucionária” que interpreta a deposição de João Goulart como ação exitosa, “vitória”, em que a “nação brasileira” desempenha papel protagonista na conquista de valores como “a democracia”, “a legalidade”, “a disciplina”, “a lei”, construindo, portanto, o efeito de desidentificação do sujeito-jornal com o sujeito universal da FD “revolucionária”.

Assim, embora favorável à deposição do presidente, o discurso do *Correio da Manhã* constrói uma posição ideológica distinta daquela do discurso d’*O Globo* e, logo, desloca-se dessa FDR “revolucionária”, configurando e se inscrevendo numa nova FD, que podemos chamar de “antigolpista”, uma vez que a noção de golpe de Estado se materializa no editorial do *Correio da Manhã* nestas SD:

O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva.

Não admitimos – e o fazemos com autoridade e isenção – que para se restaurar a disciplina se restabeleça o arbítrio de quem quer que seja (CORREIO DA MANHÃ, 1964).

Ademais, é importante destacar que os discursos dos dois jornais disputam o sentido da palavra “democracia”. No discurso do *Correio da Manhã* e no discurso d’*O Globo*, o sentido de “democracia” está associado a valores como legalidade, disciplina, lei e ordem, todavia há um deslize de sentido em cada uma dessas palavras, conforme são ditas em um e em outro discurso. Isso porque, de acordo com Pêcheux (1997 [1975], p. 160-161), o sentido não existe em si mesmo nem está vinculado à sua literalidade, pois ele é construído na relação que as palavras de uma formação discursiva mantêm com as palavras de outra formação discursiva, ou seja, “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 1990 [1983], p. 53).

Para ilustrar, vejamos como se constroem os sentidos de “legalidade” e “ordem” nestas SD do discurso d’*O Globo*:

[...] a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem [...]
 [...] desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo. (O GLOBO, 1964).

No discurso d’*O Globo*, inscrito na FD “revolucionária”, os sentidos de lei, legalidade, disciplina e ordem são construídos como uma evidência ideológica que fornece aos sujeitos do discurso do jornal *O Globo* sua realidade. Esse efeito de evidência produz o efeito de identificação do sujeito-jornal e do sujeito-leitor do jornal com o sujeito universal da FDR “Revolucionária”, ao mesmo tempo em que constrói a imagem de um discurso-outro capaz de ameaçar os valores desses sujeitos interpelados como “revolucionários”. Assim, “anarquia”, “comunismo”, “subversão”, “agitadores” são construções discursivas que representam esse outro que deve ser combatido, banido, deposto.

Por sua vez, o discurso do *Correio da Manhã* contrapõe também duas subjetividades: de um lado, “aqueles que sempre ameaçaram as instituições”; de outro lado, “aqueles que sempre as defenderam”. Incluindo-se nesta última categoria, atribui a “vitória” não “à direita”, mas “aos que condenam as radicalizações, aos que procuram evitar que seja interrompido o processo democrático, aos que querem a legalidade, a disciplina, o cumprimento da lei” (CORREIO DA MANHÃ, 1964). No discurso do *Correio da Manhã*, o sentido de “vitória” é a conquista de valores como “a democracia”, “a legalidade”, “a disciplina”, “a lei”, que, distintamente do discurso d’*O Globo*, reproduz a posição ideológica da nação brasileira como vencedora: “esta vitória é da democracia e da nação brasileira”.

Como não há discurso sem sujeito, a produção desses dois discursos com posições ideológicas contraditórias põe em circulação na sociedade sujeitos antagônicos que, intrinsecamente, constituem suas identidades por meio dos mecanismos de denegação do discurso-outro. No discurso d'*O Globo*, o povo brasileiro, as Forças Armadas e a Divina Providência opõem-se ao comunismo internacional. No discurso do *Correio da Manhã*, aqueles que acreditam na democracia opõem-se aos que pretendem um regime de exceção. Nesse processo discursivo, as paixões afiguram-se como efeitos de sentido construídos no e pelo discurso que circulam entre esses sujeitos discursivos, indissociavelmente de suas tomadas de posição ideológica, integrando, assim, o conjunto de coerções de uma dada formação discursiva: é o que pode e deve ser sentido associado ao que pode e deve ser dito.

3. A construção das paixões discursivas nos editoriais de 2 de abril de 1964

3.1 As paixões no discurso do jornal *O Globo*

Como a análise deve ter em vista que as posições ideológicas são indissociáveis dos efeitos passionais que circulam entre os sujeitos, retomemos que o discurso d'*O Globo* inscreve-se na formação discursiva “revolucionária”. Desse modo, vejamos como são construídas as paixões discursivas, observando as seguintes sequências discursivas (SD):

Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal (O GLOBO, 1964).

MAIS UMA VEZ, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. [...] (O GLOBO, 1964).

Nessas duas SD, podemos notar que a imagem do objeto (R) do discurso d'*O Globo* refere-se à construção do sentido do movimento dito “revolucionário”, o qual consiste na ação de um sujeito heroico e católico (“Forças Armadas”, “Providência Divina”) que restitui a um sujeito vitimado (“a Nação”, “o povo brasileiro”) valores como “paz”, “tranquilidade” e “progresso”, outrora subtraídos por um sujeito opressor (“os vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal”).

Essa denominação “os vermelhos” é uma forma pré-construída que faz irromper no fio do discurso d’*O Globo* o discurso-transverso, incessantemente repetido nos discursos de desestabilização do governo João Goulart, de que o Partido Comunista Soviético estaria instalado no governo janguista, para implantar uma ditadura comunista no Brasil. A complexa disputa política entre as forças reformistas lideradas por João Goulart e as forças conservadoras representadas pelos políticos associados ao interesse multinacional é construída no discurso d’*O Globo* como uma guerra maniqueísta que divide o Brasil entre o bem e o mal. Essa evidência ideológica interdita qualquer outro tipo de interpretação da realidade que se possa esboçar num cenário de tensão política, fazendo circular os efeitos passionais do medo e da insegurança.

Assim, ao construir a imagem da vítima, produz-se o efeito passional da incerteza e da falta de esperança, que é experimentada pelo “povo brasileiro”. Ao construir o herói, constrói-se a expectativa do povo brasileiro nas Forças Armadas, produzindo, assim, o efeito passional da esperança, porém uma esperança passiva, em que “o povo” não é o agente da ação transformadora, pois a transformação fica sob a responsabilidade de um terceiro: as Forças Armadas. Atribuindo ao presidente João Goulart os efeitos passionais de medo, insegurança, incerteza e falta de esperança e, às Forças Armadas, o sentimento de esperança, o discurso d’*O Globo* constrói o sentimento de satisfação e alegria pela deposição de João Goulart.

Nesse sentido, Fiorin (1988), ao analisar o discurso do General Castelo Branco, primeiro presidente do regime ditatorial instalado a partir de 1964, mostra que o grupo golpista consegue produzir um discurso em que “Goulart” engana o “povo” ao se alinhar “o movimento comunista internacional”, gerando a insatisfação e a decepção do “povo”, que passa a confiar nas “Forças Armadas” (p. 34). Fiorin mostra ainda que o dito discurso “revolucionário” promete tirar o Brasil do “caos” (desordem, desgoverno, inflação, subversão, anarquia etc.) e estabelecer a “ordem” (disciplina, desenvolvimento, não-inflação, respeito à hierarquia) (p. 52-54), concluindo que “restauração da ordem não é reforma, é a negação do reformismo, que é apresentado como ‘subversão’” (p. 63).

Depreendemos, portanto, que os discursos d’*O Globo* e do presidente General Castelo Branco estão inscritos na mesma formação discursiva dita “revolucionária”. Retomando a indissociabilidade entre posição ideológica e paixão, esse é um exemplo da associação entre *o que pode e deve ser dito* e *o que pode e deve ser sentido*.

Retomando o mecanismo de construção das paixões, argumento que os sentidos passionais que observamos na construção da imagem do objeto (R), a saber, a “revolução”, são postos a circular entre os sujeitos A e B. O

sujeito-leitor do jornal identifica-se com o sujeito referido no objeto do discurso (R), “povo brasileiro”, assim, ao ler a primeira página, ele se identifica com esse “povo” caracterizado pelo jornal e os efeitos passionais passam a circular entre os sujeitos do discurso jornal e leitor do jornal. Dessa maneira, o sujeito leitor d’*O Globo* é construído como aquele que confia nas Forças Armadas e se mantém paciente e passivo, assistindo ao afastamento do presidente João Goulart (seu anti-herói) pelas Forças Armadas, que ocupam o lugar do sujeito ativo, dono das ações, governante. Igualmente, a satisfação e alegria são efeitos passionais amalgamados ao efeito de evidência ideológica da vitória do bem sobre o mal – as Forças Armadas depõem João Goulart – que circulam entre o sujeito-jornal e o sujeito-leitor do jornal.

3.2. As paixões no discurso do jornal *Correio da Manhã*

Partindo da indissociabilidade entre as posições ideológicas e os efeitos passionais, lembremos que identificamos a inscrição do discurso do *Correio da Manhã* na formação discursiva “antigolpista”. No editorial de 2 de abril de 1964, o sujeito-jornal (A) *Correio da Manhã* constrói a imagem do objeto discursivo (R), a saber, situação política do presidente, enunciando que o “Sr. João Goulart” contrai uma relação tumultuada com “a Nação” por causa “de sua nefasta administração que estabelecia, em todos os setores, o tumulto e a desordem” (CORREIO DA MANHÃ, 1964). Do ponto de vista passional, o editorial constrói a imagem de uma nação que convive com a falta de liberdade e a falta de confiança no presidente:

A queda do Sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura (CORREIO DA MANHÃ, 1964).

Na relação entre as subjetividades referidas pelo sujeito-jornal, “João Goulart” provoca, na “Nação”, os sentimentos de opressão e de desconfiança, da quebra de expectativa do povo em seu governante. Esses dois sentimentos sustentam e produzem o efeito de sentido da indignação que, por sua vez, se constitui no motor passional que justifica a ação “vitoriosa” da “nação” contra o “Presidente João Goulart”. Essa vitória gera os sentimentos de justiça e de satisfação. No entanto, o discurso do *Correio da Manhã* não manifesta uma satisfação plena, como vimos no discurso d’*O Globo*, pois seu editorial enuncia a preocupação do jornal com o porvir e se mostra de prontidão a um possível regime de exceção:

Todavia, estamos em nossos postos, prontos para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia, a liberdade. O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva (CORREIO DA MANHÃ, 1964).

Como já disse anteriormente, na interpelação ideológica, o sujeito-leitor do jornal se reconhece como parte do povo brasileiro e, no editorial, ele se identifica com esse “povo” caracterizado pelo jornal e, assim, os efeitos passionais da opressão circulam entre o jornal e o seu leitor. Esse sujeito leitor/povo é interpelado a vencer o medo e tornar-se o sujeito da deliberação⁴, transformando o presidente João Goulart em seu anti-herói.

O discurso do *Correio da Manhã* projeta em seu leitor os sentimentos de justiça (o povo afasta João Goulart) e de satisfação (a liberdade e a legalidade saíram vitoriosas), porém uma satisfação resguardada, pois se mostra preocupado com o porvir, ao despertar as paixões da preocupação e da inquietude (quem assumirá a presidência?). É nesse sentido que, embora favorável à deposição de João Goulart, entendo que o discurso do *Correio da Manhã* inscreve-se na formação discursiva “antigolpista”. Evidentemente, outros jornais da época se identificaram como antigolpistas sem, necessariamente, apoiar a deposição do presidente do Brasil. Trata-se aí de mais um exemplo do processo de transformação-deslocamento, o qual pode reconfigurar uma formação discursiva.

Considerações

Darei uma pausa nesta interlocução, fazendo três apontamentos: um sobre os discursos analisados; outro sobre a pertinência da perspectiva teórica assumida neste trabalho; outro ainda sobre a atualidade da temática abordada.

A deposição do presidente João Goulart foi um acontecimento que organizou duas formações discursivas que já vinham se alinhando de acordo com a política internacional ditada pela guerra fria. Vimos que, no primeiro momento após a queda de João Goulart, a chamada grande imprensa não apresentava – à primeira vista – divergências quanto à derrubada do presidente João Goulart. No entanto, pudemos mostrar que, apesar disso, as posições ideológicas são distintas, uma vez que os discursos d'*O Globo* e do

⁴ Aristóteles (2000, p. 31) já nos mostra que “para temer é preciso guardar no íntimo alguma esperança de salvação, com respeito àquilo pelo que se luta [...]: o temor nos torna aptos a deliberar”.

Correio da Manhã apresentam sentidos de “democracia” bem contraditórios entre si. Enquanto o discurso d’*O Globo* constrói a imagem de um jornal que fica ao lado do povo e espera com satisfação plena a restituição da democracia pelas mãos das Forças Armadas, o discurso do *Correio da Manhã* constrói a imagem do jornal – satisfeito, porém desconfiado – que se coloca ao lado de um povo pronto para defender a democracia.

Neste trabalho, elegi apenas um representante dos estudos clássicos, a retórica aristotélica, para desenvolver uma reflexão acerca das paixões no discurso que – muito mais do que dar uma nova roupagem ao que já fora dito – procurou articular conceitos da Antiguidade a conceitos que marcam a modernidade, como a ideologia e o inconsciente, ambos constituintes da noção de sujeito discursivo assumida aqui. Como não me parece que as feridas narcísicas abertas por Marx e por Freud sejam feitos menores e sem impacto à própria concepção moderna de Homem, afinal somos homens e mulheres do nosso tempo, espero que este trabalho possa contribuir para a reflexão das paixões na ordem do simbólico, considerada aí em sua materialidade linguística e histórica.

Analizando esses discursos de 1964, vimos que o discurso da imprensa escrita projetou nas Forças Armadas a imagem do herói que afasta a Pátria da ameaça promovida pelos vermelhos, comunistas. No Brasil de 2016, a temática deste estudo voltou a estar em voga, porque, desde 2015, após o resultado da eleição presidencial, esses discursos voltaram a ser reproduzidos pela grande mídia impressa e televisiva e a circular com muita força pelas “ruas” e pelas redes sociais. Nesse “novo” episódio da trama política, o discurso da grande mídia tem se limitado a reproduzir os mesmos papéis de salvador e de inimigo da Pátria como protagonistas da cena política, numa polarização marcada pelo tom apaixonado de ambos os lados.

FONTES

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 2 abr. 1964, p. 1.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 2 abr. 1964, p. 1.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação). [1970]. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**.

Tradução de Vera Ribeiro. Revisão da tradução de César Benjamin. Contraponto: Rio de Janeiro, 1996. p. 105-142.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 [c. 330-326 a.C.].

_____. **Retórica das paixões**. Tradução do grego de Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [c.330-326 a.C.].

- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Supervisão da tradução por Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2009 [1981].
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. 2.ed. Superv.Trad. Else Ribeiro Pires Vieira. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964**: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988.
- HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Ed. Unicamp, 1992 [1977].
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6.ed. Campinas: Pontes Editores, 2011 [1983].
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990 [1983].
- _____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Unicamp, 1993 [1969]. p. 61-151.
- _____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997 [1975].
- PIRIS, Eduardo Lopes. A dimensão subjetiva da argumentação e do discurso: focalizando as noções de *ethos* e de *pathos*. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.2, p. 52-62, mai. 2012.
- PLANTIN, Christian. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008 [2005].
- ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França**: uma retomada de percurso. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.

Anexo 1 - Primeira página d'*O Globo*, de 02/04/1964

Fonte: "Acervo da Fundacão Biblioteca Nacional – Brasil"

Anexo 2 - Primeira página do *Correio da Manhã*, de
02/04/1964



Fonte: "Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil"

Anexo 3 - Transcrição do editorial d'O Globo, de 02/04/1964

Ressurge a democracia!

VIVE A NAÇÃO dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

GRAÇAS À DECISÃO e ao heroísmo das Fôrças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

COMO DIZÍAMOS, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinato das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.

AGORA O CONGRESSO dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.

PODEREMOS, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

SALVOS DA COMUNIZAÇÃO que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Fôrças Armadas, fiéis no dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.

AS FÔRÇAS ARMADAS, diz o art. 176 da Carta Magna, “são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI”.

NO MOMENTO em que o sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Fôrças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, consequentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis

à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras, na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.

ATENDENDO AOS anseios; nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Fôrças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

ESTE NÃO FOI um movimento partidário. Dêle participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Fôrças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A êsses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo.

MAS, POR ISTO que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, nem representou uma reação contra qualquer idéia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o bem do povo e o progresso do País.

SE OS BANIDOS, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e de harmonia social.

MAIS UMA VEZ o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.

Anexo 4 · Transcrição do editorial do Correio da Manhã, de 02/04/1964

Vitória

A nação saiu vitoriosa com o afastamento do sr. João Goulart da Presidência da República. Não era possível mais suportá-lo em consequência de sua nefasta administração que estabelecia, em todos os setores, o tumulto e a desordem. O país foi vítima de uma terrível provocação que abalou a sua própria estrutura democrática.

Em qualquer lugar onde o sr. João Goulart se encontre, e diga o que disser, já não é mais o Presidente da República. Não adianta resistência nenhuma a seu favor. As forças emanentes da Nação já o repudiaram e já o afastaram de seu convívio político. A causa do sr. João Goulart está definitivamente perdida. Todavia, estamos em nossos postos, prontos para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia, a liberdade. O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva. Esta vitória não pertence à direita. Pertence, precisamente, aos que condenam as radicalizações, aos que procuram evitar que seja interrompido o processo democrático, aos que querem a legalidade, a disciplina, o cumprimento da lei.

Não pertence aos oportunistas que permaneceram em silêncio e escondidos até o instante da vitória. Pertence aos que tomaram uma atitude franca e decisiva para defender as instituições ameaçadas. Não àqueles que sempre ameaçaram estas instituições e sim aos que sempre as defenderam.

Não admitimos – e o fazemos com autoridade e isenção – que para se restaurar a disciplina se restabeleça o arbítrio de quem quer que seja.

Não podemos consentir que levemente se restrinjam a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade sindical, a liberdade partidária, ou melhor, que sofra o menor arranhão a livre manifestação das idéias.

A queda do sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura.

Ditadura nunca! Seja da direita, esquerda ou do centro. Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base que são mais do que nunca imprescindíveis à revolução industrial que levará o Brasil à área dos países desenvolvidos e econômicamente independentes.

A derrocada do janguismo, com tudo que nele existe de mediocre e de prejudicial para o país, não pode servir de pretexto

para o estabelecimento de um regime que não esteja plenamente de acordo com a dignidade do povo brasileiro.

O povo não desiste de suas conquistas sociais e políticas. Não abdica do direito de escolher livremente seus dirigentes. Não recua diante da reação porque ele sabe que a queda do sr. João Goulart representa uma vitória da legalidade e da democracia. Nada de violência nem de repressão contra os inimigos políticos dêste ou daquele que detenha uma parcela de poder.

O *CORREIO DA MANHÃ* desfraldou a bandeira da legalidade, da defesa das instituições. E saiu vitorioso. Esta vitória é da democracia e da nação brasileira.

